

Ações Estatais Assistencialistas e Empreendedorismo Social Sustentável no Brasil: Um Estudo Exploratório

Vânia Maria Jorge NASSIF (MACKENZIE e FACCAMP)

Rodrigo Augusto PRANDO (MACKENZIE)

Hélio Morrone COSENTINO (MACKENZIE)

Resumo

O artigo ora apresentado objetiva identificar as possíveis similaridades e especificidades entre Ações Estatais Assistencialistas (AEA) e ações alicerçadas sobre o Empreendedorismo Social Sustentável (ESS), bem como a relação destas ações com redução da exclusão social hodierna. Nesse sentido, foram analisados beneficiários de um Programa Governamental, e outro Projeto Auto-Sustentável, específico de um grupo. A pesquisa realizada é de natureza exploratória, de caráter qualitativo e a coleta de dados empíricos baseada em entrevistas com roteiro semi-estruturado. Os dados primários, oriundos de entrevistas, são transcritos e tratadas pela técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma complementaridade entre as AEA e o ESS e a conjugação dessas ações pode propiciar uma redução mais expressiva dos níveis de exclusão social. A pesquisa aponta, ainda, que as AEA atuam de forma corretiva e o ESS de forma preventiva, contudo, ambas exercem funções preponderantes na diminuição e busca de resoluções dos problemas de exclusão social.

Introdução:

A sociedade brasileira, bem como muitas outras sociedades contemporâneas, enfrenta uma série de problemas sociais, destacando-se a exclusão social. Tal fato atrai a atenção de organizações do Primeiro Setor (Organizações Governamentais Sem Fins Lucrativos), do Segundo Setor (Organizações Não-Governamentais Com Fins Lucrativos) e do Terceiro Setor (Organizações Não-Governamentais Sem Fins Lucrativos) (PRANDO; MILANI FILHO, 2006). Dessa forma, são projetadas e desenvolvidas ações de caráter assistencial ou de desenvolvimento social junto aos indivíduos ou grupos que são, de uma forma ou de outra, excluídos ou marginalizados no bojo de nossa sociedade. Tais ações buscam, no limite, resolver ou minorar os resultados oriundos da desigualdade social hodierna.

No campo das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas vicejam estudos que procuram compreender e explicar a gênese da exclusão social e como as organizações se preparam para diagnosticar e atuar a fim de revolver esse problema social. O Primeiro Setor é, como não poderia deixar de ser, constituído pelas organizações identificadas com o Estado, isto é, o poder político legitimamente constituído e que atua nas esferas municipais, estaduais e federais, nos níveis do Executivo, Legislativo e Judiciário. A Constituição da República Federativa do Brasil define e indica os direitos e deveres dos cidadãos e do próprio Estado. Sabidamente, a Constituição assevera sobre a responsabilidade da União em garantir educação, saúde, moradia, enfim, direitos básicos para a dignidade dos cidadãos brasileiros. Contudo, esse Brasil “legal”, contido na legislação, não se coaduna com o Brasil “real”, com nossa realidade de exclusão social cotidiana. Cabe ressaltar que o Brasil, com cerca de 500 anos de história, vivenciou por praticamente 400 anos (de 1500 a 1888) uma estrutura social alicerçada sobre o latifúndio, trabalho escravo e monocultura para exportação. Mesmo após a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) não houve, em nossa sociedade, a

conjugação de crescimento econômico, distribuição de renda e exercício da democracia e da cidadania e isso gerou graves problemas sociais (FAUSTO, 1997; FERNANDES, 2006).

Numa tentativa de melhor compreender e explicar esse cenário é que se apresenta esse trabalho de investigação científica, obviamente, dentro de limites, decerto modestos. Para tanto, o artigo ora apresentado é resultado de uma pesquisa de natureza exploratória e de caráter qualitativo. Envidaram-se esforços nos planos teóricos e empíricos, ou seja, além da leitura de parte da bibliografia científica que versa acerca do tema em voga, foram realizadas entrevistas para a coleta de dados primários. Essas entrevistas foram transcritas e tratadas por meio da análise de conteúdo. Foram, portanto, investigados dois modelos de ações que objetivam resolver ou minorar os problemas decorrentes da exclusão social. Procurando preservar a identidade dos programas, doravante o primeiro modelo será nominado como AEA, referindo-se à Ação Estatal Assistencialista. E o segundo modelo, por sua vez, foi desenvolvido por uma Organização do Terceiro Setor, denominado Empreendedorismo Social Sustentável que será nominado por ESS.

O problema de pesquisa que orientou este trabalho foi: existem similaridades e especificidades entre os modelos de Ação Estatal Assistencialista e Empreendedorismo Social Sustentável e há redução dos níveis de Exclusão Social em função desses modelos de ações? O objetivo geral, portanto, desse trabalho foi: identificar se existem similaridades e especificidades entre os modelos de Ação Estatal Assistencialista e Empreendedorismo Social Sustentável e se há redução dos níveis de Exclusão Social em função desses modelos de ações. Já em relação aos objetivos específicos, temos: 1) conceituar exclusão social; 2) definir empreendedorismo social e 3) identificar as práticas de ações empreendedoras e assistencialistas.

Referencial Teórico

1) Exclusão social

A temática da exclusão social tem sido objeto de muitas discussões, mormente nos âmbitos das políticas públicas e acadêmico. Há, ainda, destaque em função do “modismo” formulado nos meios de comunicação, e, sobretudo, “em função da intensidade como o processo de exclusão se apresenta na sociedade atual” (CALDEIRA, 2005, p.2). Oliveira (1997), por sua vez, ressalta que a problemática da exclusão já não constitui privilégio das nações periféricas e que este fenômeno, já há algum tempo, atinge os países ricos. Santos (2001, p.171) afirma que “a abrangência da exclusão social no âmbito internacional, está tomando enormes proporções, o que a torna algo ‘disfuncional’ ao sistema”. Caldeira (2005) aduz que no livro de René Lenoir denominado *Lês Exclus* deu-se o marco do nascimento do conceito ‘exclusão social’, publicado na França em 1974. Nos pesquisadores brasileiros, destacam-se Oliveira (1997) e Martins (1997) e, para ambos, existem equívocos na utilização indiscriminada da aplicação do termo, ocasionando uma “diluição retórica de sua especificidade” (Oliveira, 1997, p.39). O autor alerta que os segmentos sociais mais diversos caracterizados por uma posição de desvantagem e identificados por uma pertinência étnica (negros ou índios), comportamental (homossexuais, góticos) ou outra qualquer como no caso dos deficientes físicos seriam mais propriamente denominados “minorias”, embora por outras razões, julga, também poderiam ser classificados por “excluídos”. O autor afirma ainda haver contra-senso em classificações sem critérios, exemplificando o caso de deficientes físicos em posição de conforto econômico e de moradores de rua, ambos rotulados por socialmente excluídos (1997). Martins (1997) alerta para o fato de o conceito exclusão (inconceituável, vago, impróprio e indefinido) pretender substituir a idéia sociológica de “processos de exclusão”, atribuindo-se mecanicamente todos os problemas sociais e distorcendo a questão que se pretende explicar. Assevera que, quando a exclusão é concebida como um estado “fixo,

fatal e incorrigível” e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão “cairia sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável” (p. 14). Alerta que, a partir da exclusão, não se lutaria por transformações sociais, mas “em favor das relações sociais existentes, mas inacessível a uma parte da sociedade” e que, discutindo-se a exclusão, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e até indecentes de inclusão que dispomos ou fornecemos de alguma maneira (1997, p. 21). Para Oliveira (1997), dever-se-ia denominar excluídos aqueles que assim foram chamados em primeiro lugar. Ainda, segundo o autor, no Brasil eles seriam “os moradores e meninos de rua, os desempregados das favelas e periferias muitos convertidos em ‘flanelinhas’ e mesmo em delinquentes e catadores de lixo, pois, mais do que pobres, eles seriam o mais próximo do que denominamos miseráveis (Oliveira, 1997. p. 39).

Ponto interessante é que Oliveira considera que as conseqüências oriundas do desemprego e do subemprego são as principais causas do processo de exclusão. Ressalta, porém, que no Brasil, dada sua convivência histórica com modelos informais de trabalho realizados por uma “massa importante de mão-de-obra desqualificada” o sentido de Exclusão estaria comprometido. Isto porque o processo de emprego clássico ainda possui um caráter bastante problemático, fato que, no mínimo, prejudicaria afirmar que o grupo de trabalhadores enraizados nos processos informais de trabalho poderiam se chamar “excluídos”, pois que afirmaria o processo de exclusão como permanente na história do país (Oliveira, 1997, p.41).

Desse diálogo inter-autores, pode-se depreender que existe uma aparente e comum dificuldade na definição de Exclusão Social, mas que se poderia direcionar o empenho de pesquisa na identificação de grupos desprovidos de empregos e empregos formais, sobretudo moradores de áreas irregulares, favelas, com pouca ou sem educação básica, fundamental, média e profissional e, por fim, desprovidos de condições normais de manutenção dos recursos básicos e necessários à manutenção adequada de seus lares.

2) Empreendedorismo social

O empreendedorismo social se apresenta como um conceito em desenvolvimento, mas com características teóricas, metodológicas e estratégicas próprias. A bibliografia sobre o tema pode levar a possíveis equívocos entre alguns termos, que, apesar de parecerem semelhantes nas palavras, são bem diferentes no significado como, por exemplo, empreendedorismo privado e responsabilidade social. Segundo Hudson (1999), existe uma característica comum aos empreendimentos de cunho social, já que “são orientados por valores: são criados e mantidos por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam elas mesmas tomar providências nesse sentido” (p.11). Empreendedorismo empresarial, por outro lado, tem “caráter individual, seu foco é no mercado, na produção de bens e serviços, buscando sempre o lucro nos negócios” (Melo Neto & Froes, 2002, p.11). Segundo Oliveira (2004), empreendedorismo social não é uma profissão: “pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado” (p.12-13); não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços e, muito menos, é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial, que já se mostraram inadequadas, não somente para os ajudados, mas também para os negócios e para a sociedade. Para o autor, é possível distinguir dois tipos de organizações que disseminam o conceito e a prática do empreendedorismo social. Uma opera como sustentadora, capacitadora e divulgadora, como no caso da Ashoka, que tem origem americana, mantendo escritórios em diversos países, inclusive no Brasil, e da Foud Schwab, na Suíça. Além de recrutarem e manterem por algum tempo o sustento pessoal e técnico do

empreendedor social, abrem espaços e ações de disseminação teórica, atuando em um nível estratégico e tático. Um segundo tipo de organização é o que opera na intervenção local em um nível operacional, executando e aprimorando os conhecimentos técnicos de gestão e inovação no campo social (Oliveira, 2004). Como afirmam Melo Neto e Froes (2001), os empreendedores sociais são “pragmáticos responsáveis”, isto é, não despendem tempo em grandes e infundáveis elucubrações teorizantes, que servem mais para o prazer e ego acadêmicos do que para serem úteis à sociedade em si. Nesse sentido, Oliveira (2004) trata o empreendedorismo social como uma ação inovadora voltada para o campo social, cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento, tal como um novo paradigma de intervenção social, pois apresenta um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade. Trata como um processo de gestão social, pois apresenta uma cadeia sucessiva e ordenada de ações. Assim, ele resume em três fases: 1) concepção da idéia; 2) institucionalização e 3) maturação da idéia e multiplicação da idéia (p.16). É, também, entendida como uma arte e uma ciência, como uma nova tecnologia social e como um indutor de auto-organização social. Melo Neto e Froes (2001) aduzem que o processo de empreendedorismo social exige, principalmente, o redesenho de relações entre comunidade, governo e setor privado - modelo de parcerias, tendo como principal objetivo retirar pessoas da situação de risco social, cujo objetivo a ser alcançado é a solução a curto, médio e longo prazo, buscando propiciar-lhes plena inclusão social. Em síntese, empreendedorismo social emerge, nessas perspectivas teóricas, como diretamente relacionado à sustentabilidade e às ações de caráter de desenvolvimento das comunidades, priorizando ações em parceria que produzam resultados a médio e longo prazos. Há, também, o sentido relacional entre os vários atores da sociedade, entendidos como a população e as organizações de todas as espécies (primeiro, segundo e terceiro setor). Os empreendedores sociais realizam trabalhos visando benefícios sociais e estariam engajados em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários.

3) Sustentabilidade e comunidades sustentáveis

Problematizar a temática da sustentabilidade em suas várias dimensões exige destacar um novo paradigma de desenvolvimento e este deve permitir uma profunda revisão das práticas atuais de incorporação do patrimônio natural, por meio de novas formas de organização social e de novos padrões de produção e consumo (GUIMARÃES, 1992). Esse novo paradigma, denominado desenvolvimento sustentável (DS), foi formalmente concebido em 1986 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apelidada de Comissão Brundtland, por meio da publicação “Nosso Futuro Comum”. O conceito de DS busca, assim, incorporar o componente ambiental ao conceito de desenvolvimento o que, para Fortes (1992), representa uma nova ordem econômica, social e ecológica, indo muito além da preocupação com o combate à poluição no presente: é o processo pelo qual as necessidades das populações atuais devem ser satisfeitas sem comprometer nem pôr em risco os direitos humanos das gerações futuras. Para que seja adotado como novo paradigma, o DS deve ser consequência de um esforço conjunto de âmbito político, econômico e social, e nunca responsabilidade unilateral de qualquer um deles. É fato e explícito a necessidade de se entender o conceito das redes sociais, como também o capital social para a compreensão do desenvolvimento sustentável. Para Jacobs (2002), a palavra chave é rede, redes sociais: aglomerado de pessoas de natureza cooperativa. Pessoas que se reúnem periodicamente para discutir e propor soluções para os problemas que afetam seus bairros, distritos e localidades. Tal esforço coletivo e cooperativo faz surgir o “capital social” daquela comunidade. Bresser Pereira (2002, p.123) pontua que capital social é o conjunto de instituições intermediárias,

suas ações empreendedoras, suas práticas associativas, o senso de responsabilidade social de seus atores, a prática de cidadania, o nível de confiança entre as pessoas, e a crença no objetivo comum da equidade e justiça social. Putnam (1996, p.177) define capital social de uma comunidade como a reserva de cooperação voluntária, regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica e diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. À medida que as redes se multiplicam e os laços de cooperação e solidariedade social se fortalecem, a cidade torna-se viva, de acordo com a tipologia de Jacobs (2000). As cidades vivas têm em seus habitantes o motor do seu próprio desenvolvimento. Atuando em redes sociais, os atores do desenvolvimento urbano agem de forma empreendedora. Nas cidades mortas, não existe cooperação. As organizações criadas são autoritárias e seus padrões são verticais, nos quais prevalecem as relações de subordinação hierárquica e a cultura do mandonismo. No que tange ao modelo de desenvolvimento sustentável, Kisil (1997, p.131) definiu os pré-requisitos de um processo de desenvolvimento sustentável: a) participação dos cidadãos; essa participação exige a conformação de organizações sociais que são responsáveis e receptivas aos seus membros; b) a variedade de interesses e necessidades de cada sociedade, ou de cada comunidade, exige uma variedade de organizações e c) uma forma particular de colaboração entre essas organizações é necessária para o processo de desenvolvimento, e isto dependerá da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio ambiente político- administrativo- econômico. Para Furtado (1999), é impossível tratar de empreendedorismo social sem levar em conta o conceito de sustentabilidade, pois, para o autor, é o mesmo que estudar sociedades sem pensar e analisar o comportamento das pessoas e conhecer as raízes da cultura local. Assevera que uma sociedade só se transforma se tiver capacidade para improvisar, inovar, enfrentar seus problemas da maneira mais prática possível, mas numa perspectiva racional. É, portanto, uma sociedade com capacidade para encontrar e realizar novas alternativas para promover o seu próprio desenvolvimento. Ainda para Furtado, as sociedades sustentáveis caracterizam-se por um elevado investimento no fator humano (alimentação, saúde, educação, capacitação profissional, empregabilidade), sem tendência à alta concentração de riqueza e renda. Sociedades sustentáveis são coletividades onde o consumismo é substituído pelo crescente montante de recursos destinados à inserção e ao re-investimento na própria comunidade. E onde existe uma vontade política forte e direcionada para o desenvolvimento auto-sustentável do local e da região, e cujo resultado final é o bem estar social.

4) Assistencialismo

Higa (2006) indica que a prática do assistencialismo existe para sanar problemas imediatos. Assim, suas ações não são duradouras e os resultados são apenas momentâneos. Afirma que quando uma família precisa de uma cesta básica ou remédio e recebe doação é apenas para sanar o momento da dificuldade e não para sanar problema como um todo. Bovo (2007), por sua vez, ressalta que embora os programas assistencialistas, como o bolsa-família, se caracterizem, entre outras coisas, por melhorar o nível de renda da população, eles não representam uma alternativa viável em longo prazo. Além disso, ele afirma: “agora, bem ou mal, esses programas assistencialistas, são uma forma de melhorar o nível de renda de muitas pessoas que talvez não consigam, em curto prazo, encontrar um emprego decente, uma forma de inclusão social” (BOVO, 2007, p.1). Ou seja, a falta da inclusão social dos indivíduos na sociedade levaria ao surgimento da necessidade de elas serem assistidas pelo governo, resolvendo o problema à curto prazo. Waihrich (2007) enfatiza o assistencialismo em seu mito governamental. Segundo suas idéias, os governos – nos vários níveis - procuram, por meio de vários programas sociais, a eliminação da fome, da pobreza e da miséria de

maneira geral. Afirma, ainda, que os assistencialismos se originam das três funções básicas do Estado: saúde, educação e segurança. Essas três funções são os elementos mínimos e essenciais à preservação dos indivíduos e funcionais para a inclusão social das pessoas, sanando a miséria de parte da população. Ademais, Waihrich (2007) afirma que várias políticas assistencialistas vêm sendo usadas como ações de cunho eleitoral para campanhas políticas e não para sanar os problemas da pobreza na população como deveria ser. A assistência, para o autor, é dar ao trabalhador condições de suprir necessidades impossíveis de previsão e, portanto, de se criarem instrumentos capazes de as impedirem. Deste modo, diverge substancialmente de assistencialismo, que é dar ao que não trabalha meios de sustentação. Depreende-se, das idéias do autor, que o que se deve dar à pessoa humana é dignidade e esta só seria obtida por meio do trabalho. Entendo, por fim, que se deve ter em mente que salário é renda e que essa renda gera consumo e esse gera aumento de produtividade e aumento de produtividade é sinônimo de aumento de riqueza.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa teve natureza exploratória e de caráter qualitativo objetivando identificar se existem similaridades e especificidades entre os modelos de Ação Estatal Assistencialista (AEA) e Empreendedorismo Social Sustentável (ESS) e se há redução dos níveis de Exclusão Social em função desses modelos de ações.

Por ser pesquisa de campo exploratória, o estudo não visa à confirmação de hipótese, mas, sobretudo, aprofundar os conhecimentos acerca do objeto de estudo com o intuito de servir de base para formulação de hipóteses e geração de novas pesquisas. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados empíricos a entrevista com um roteiro semi-estruturado. Acompanhando as entrevistas com as famílias beneficiadas pelos programas, foram também utilizados dois formulários (máscaras) contendo definições de exclusão social e assistencialismo e sustentabilidade, respectivamente, com o intuito de obter os mesmos entendimentos nas diferentes populações alvo. Além de dados primários, foram realizadas pesquisas secundárias documentais, com informações extraídas de sites institucionais de das organizações responsáveis pelos projetos em tela. A pesquisa valeu-se de amostra não-probabilística, de conveniência, cujos gestores e beneficiários das Ações Estatais Assistencialistas e do Empreendedorismo Social Sustentável foram considerados como a população-alvo. Os respondentes da pesquisa foram indivíduos atuantes no ESS, sendo dois gestores e uma assistente do programa, visando obter acesso às informações da Organização do Terceiro Setor (OTS). Foram, ainda, realizadas entrevistas junto aos beneficiários dos programas, sendo nove famílias integrantes do ESS e sete famílias assistidas pelo Programa AEA. As entrevistas junto aos gestores do Projeto ESS foram realizadas na sede da OTS. Quanto às famílias entrevistadas, foi eleita a zona oeste do Estado de São Paulo. Vale ressaltar que tanto os entrevistados beneficiários do Programa ESS, bem como as famílias atendidas pelo Programa AEA autorizaram, formalmente, a divulgação dos resultados, além de ter sido garantido o anonimato dos informantes.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2007), que consiste em uma técnica aplicável a discursos diversos e a todos os tipos de comunicação. Dada a natureza qualitativa do estudo, optou-se por uma análise temática cujo foco está na descoberta de “núcleos de sentido” que compõe a comunicação. Assim, a análise de conteúdo “aparece com um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2007, p. 40). O objetivo de se recorrer à análise de conteúdo é por conta da possibilidade de realizar “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção

(ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2007, p. 41). Houve, ainda, a citação *ipsis litteris* de algumas falas dos informantes, pois, com isso, pode-se melhor compreender o sentido que os indivíduos (gestores da OTS ou beneficiários dos programas) atribuem às suas experiências cotidianas.

Análise e Interpretações dos Resultados

1) Empreendimento Social Sustentável

O projeto ESS tem como missão, segundo pesquisa documental, formar cidadãos capazes de transformar a realidade e o meio em que vivem, visando à ampliação de sua capacidade e conhecimento com o intuito de possibilitar o ensino e aprendizagem, sobretudo de cidadania, com vistas geração de renda. Apóia o cidadão nas áreas pedagógica, social e cultural.

Pesquisa de campo - Os textos abaixo sintetizam manifestações e experiências de três gestores com distintos papéis e nove famílias integradas ao projeto ESS.

Coordenador geral - As questões dirigidas ao coordenador do projeto foram abrangentes procurando entender se o Projeto foi criado e está sendo mantido com preocupações relacionadas à exclusão social e se haviam, de fato, evidências de que essa possível preocupação estaria gerando os benefícios esperados, a inclusão social. O projeto, segundo o entrevistado, completou 40 anos em 2008 e nesse período de existência, “*é possível observar melhoras nos níveis de exclusão social da região*”. Não possui estudos estatísticos sobre o desenvolvimento regional. Anteriormente, o projeto realizava trabalhos assistenciais, mas com o amadurecimento do grupo os trabalhos foram evoluindo no decorrer dos anos de forma a aumentar a “*influência e amplitude*” de suas ações. Atualmente, procuram trabalhar no desenvolvimento da comunidade e da sociedade. O conceito de sustentabilidade, para o entrevistado, vem sofrendo evoluções, e hoje está mais atrelado a trabalhos de multi-cooperação entre os poderes públicos, mais precisamente o Estado, o setor privado e a população, ou seja, seria um “*mediador entre os dois setores e a população, auxiliando-a e representando seus interesses políticos, sociais e econômicos*”. Diz ser necessário envolver a população como fator decisivo de melhoria contínua do quadro social, denominando esse grupo atuante de rede. Descreveu que nas favelas existem talentos e potenciais não explorados e que esse tipo de iniciativa faria manifestá-los em prol de suas próprias necessidades. Pontua que os entraves de trabalho social dessa natureza são dois: “*a população em geral aceitar que o problema social é de sua responsabilidade e não somente de quem sofre alguma forma de exclusão e, assim, atuar para melhorar este quadro; e vontade/ dificuldade público-privada em atuar de maneira ágil na solução dos problemas sociais detectados [...] a população residente em áreas livres querem ser vistas como pessoas dotadas de dignidade*”.

Um dos critérios para atender as crianças do projeto é estarem matriculadas em escolas públicas. Informou que são crianças de uma “*região de risco*”, mas não pegam crianças no farol pedindo esmolas e inserem no projeto, pois isso só alimenta o sistema “*você tira uma hoje, amanhã tem outra*”. Diz que educação econômica para a população carente é fator imprescindível para a sustentabilidade e é vista hoje, mundialmente, como “*fator de sucesso para o desenvolvimento econômico de um país o sucesso econômico é o desejo das nações na atualidade*”. Informou que o Governo atual por meio do Projeto Bolsa Família contribui com as classes menos favorecidas, mas que, no entanto, sem a educação econômica a medida é paliativa. Ressaltou que existe uma preocupação do Projeto não cair no conceito assistencial. Ajudar, para o entrevistado, pressuporia a existência de um fraco, que seria o ajudado e um forte que seria quem o ajudaria. Daí surgiria o conceito do esforço conjunto, pois o problema não seria visto como o problema do menos favorecido que precisaria ser ajudado, mais sim

um problema que o sistema deveria tratar. Pontuou que *“todos sofrem com a existência de grupos excluídos e com suas conseqüências, que seria a violência, a criminalidade e até a própria existência do excluído que geraria um paradoxo indesejável aos mais ricos. O esforço multilateral é eficaz para se combater os problemas sociais”*. Informou o Projeto ESS tende a praticar mais intensamente esse tipo de atuação.

Assistente do núcleo de comunicação - Pontua que o projeto ESS tem por objetivo promover a inclusão social com um diferencial explícito que é *“ensinar a pescar sem dar o peixe”*. Segundo a entrevistada, *“eles não ensinam o jovem a pedir, mas ensinam o jovem a trabalhar para conseguir o que ele quer”*. Quando questionada a respeito de Programas Assistencialistas, respondeu: *“não gosto dessa questão de assistencialismo, porque eu acho que cria pessoas acomodadas”* [...] *“é lógico que tem pessoas que realmente não tem condições de trabalhar, por dificuldades motoras e algumas outras coisas que são casos atípicos, assim, mas eu acho que o assistencialismo cria nessas pessoas isso... (acomodamento) Se o governo me dá e uma instituição me dá dinheiro porque eu vou trabalhar?”*. Isso, segundo a entrevistada, geraria dependência do assistido com a assistência. Quando questionada sobre se Empreendimentos Sociais Sustentáveis também não gerariam alguma forma de dependência afirmou: *“Se o governo dá um dinheiro para o jovem e fala: ‘oh, esse dinheiro é para você estudar...’ ele não vai estudar porque ele não tem motivação, não tem incentivo. Agora a instituição que trabalha com sustentabilidade, ela não trabalha só a qualificação profissional, ela trabalha a cabeça do jovem para que ele veja como é importante isso...”*.

Coordenadora do núcleo de comunicação - Para a coordenadora de comunicação *“os projetos assistencialistas têm a sua utilidade, mas sozinhos não bastam. Muitas vezes existe uma condição em que você precisa mesmo dar algo antes de capacitar (como a comida, por exemplo), porque senão a pessoa atendida pode nem ter como tentar melhorar sua vida...Mas não basta só alimentar, porque o indivíduo que só recebe ajuda acaba não aprendendo a obter as coisas de forma ativa, com sua própria dedicação. É preciso capacitá-lo para que ele possa conseguir as coisas por si mesmo”*. Disse ainda que o fato de ter participado do projeto fortaleceu sua crença e abriu os olhos para diversas possibilidades que antes não enxergava: *“[...] como os cursos que nós temos aqui. Quando nós somos leigos e pensamos em capacitação para jovens da periferia, pensamos em serviços comuns, como elétrica, hidráulica, serviços gerais, escritório. Porque não pensamos que eles podem ser jornalistas, atores ou grandes chefes de cozinha?”* Disse que aprendeu a não subestimar *“a força que essas pessoas têm de buscar os seus sonhos”*.

Famílias Entrevistadas - Serão preservadas as identidades das famílias e serão denominadas **“Grupo Familiar A”**, precedido de um número seqüencial que não obedece, necessariamente, a ordem da realização das entrevistas. A letra A visa identificá-los como integrantes do Programa ESS. O texto descreve a composição do grupo familiar e depois apresenta a situação sócio-econômica.

Composição e situação sócio-econômica do grupo familiar

O **Grupo Familiar A 1** é formado pela entrevistada, uma filha de 2 anos e seu marido, na mesma residência mora o cunhado. O marido tem trabalho registrado e o cunhado tem trabalho informal. A entrevistada está desempregada, sua última experiência profissional foi com trabalhos artesanais, mas quando há oportunidade, realiza trabalhos esporádicos. Acredita que há falta de oportunidades de mercado com carteira registrada; estudou até a sétima série e não teve condições de continuar. Moram em casa alugada e a renda familiar, incluindo a contribuição do cunhado é na média de R\$800,00 (oitocentos reais) por mês.

O **Grupo Familiar A 2** é formado pelo entrevistado, um filho de 5 anos e sua esposa. Só a esposa está trabalhando. O mesmo está desempregado e acredita que seja em razão da falta de estudo. Cursa o supletivo, tem experiência registrada como função de almoxarife em empresa automobilística. Sua esposa tem ensino médio completo, moram em casa própria e a renda da família é de R\$1.200,00. Seu filho participa das atividades oferecidas pelo Projeto ESS.

O **Grupo Familiar A 3** é formado pela entrevistada, duas filhas, 12 e 5 anos e seu marido. A filha mais nova participa do Projeto e a de doze anos estuda em escola pública. A entrevistada faz parte do grupo de mães do Projeto ESS e trabalha no ateliê com corte e costura de acessórios. Seu último trabalho com registro faz doze anos, como atendente de lanchonete. Trabalhar no Programa lhe aproxima da filha. Seu marido trabalha na produção de uma fábrica e a renda familiar é de R\$1.500,00 por mês. A família mora em apartamento alugado (arrendamento pela Caixa) e ambos (marido e entrevistada) concluíram o ensino médio.

O **Grupo Familiar A 4** é formado pela entrevistada, um filho de 3 anos seu marido. Seu marido está trabalhando como cobrador. Com o trabalho do marido a renda da família é de R\$ 1.200,00 por mês. Moram em área livre e o casal tem ensino médio. Seu filho participa do Projeto ESS e a entrevistada atua no Projeto ESS denominado “Cor-ESS”. Contam com a ajuda do pessoal da própria comunidade, prefeitura e voluntários resolveram o problema sério de esgoto na região.

O **Grupo Familiar A 5** é formado pela entrevistada, três filhas, 13, 10 e 4 anos, um filho de 8 e o marido. A filha de quatro anos de idade está no Projeto ESS (educação infantil) e as outras crianças estão estudando em escola pública. A entrevistada está desempregada, seu marido trabalha como motorista de locação sem registro e diz que ele trabalha em média três dias por semana, e recebe por dia de trabalho o valor de R\$60,00. Não é fixo. Pontua que sempre trabalhou com registro, mas ficou difícil conciliar horários com o tempo destinado à família. Seu marido concluiu o ensino médio e a entrevistada parou com os estudos na sexta série. A família mora em casa alugada há quatro anos.

O **Grupo Familiar A 6** é constituído pelo casal e uma filha. A entrevistada não estudou para ajudar sua mãe com nove filhos; vendia objetos no farol. Seu marido parou na sexta série e acredita que a falta de estudo interfere na oportunidade de trabalho. Sua filha participa do Projeto ESS há dois anos. A família mora em casa alugada tem renda de R\$600,00.

O **Grupo Familiar A 7** é formado pela entrevistada, uma filha de 13 anos e um filho de 4 anos. O pai das crianças não mora com a entrevistada. Atualmente esta desempregada, e faz alguns trabalhos sem registro. Sua renda mensal é de R\$580,00. Acredita que a falta de experiência é sua maior dificuldade para conseguir um emprego. Considera que o estudo é importante também. Tem ensino médio e mora em casa alugada com seus dois filhos. O mais novo esta estudando na pré-escola e a filha mais velha estuda em escola pública e realiza atividades extras no Projeto ESS.

O **Grupo Familiar A 8** é constituído por quatro pessoas, dois filhos e o casal. Contam com ajuda da sogra, sogro e cunhado que moram perto. O marido está desempregado há um ano e trabalha quando há oportunidade, mas sem registro. Trabalhava como manobrista, mas encontra muita dificuldade para um novo emprego por ser devedor no mercado. A entrevistada está cursando o segundo colegial. A renda é em média de R\$250,00, além da contribuição da sogra, sogro e do cunhado. Apesar de dizer que a situação sócia econômica ser precária acredita que seus filhos, terão outras oportunidades.

O **Grupo Familiar A 9** é constituído pela entrevistada, seu marido e três filhos, de 9, 7 e 6 anos. Todos participam do Projeto ESS e a filha mais nova está na pré-escola. Faz parte do núcleo de moda do Projeto ESS, na produção Teve oportunidade de expor os artigos confeccionados numa TV universitária e em outros programas, sempre acompanhada por um professor. Não possui salário fixo e a renda varia de acordo com a produção o torna-se difícil, em função dos compromissos e passa dificuldades. Seu marido é manobrista, com salário de R\$600,00. Parte da produção do núcleo de modas é produzida na casa das integrantes e se encontram no Projeto ESS para discutir projetos em andamento. É voluntária no Projeto e aguarda vaga para seus filhos.

2) Empreendimento Social Assistencialista - Bolsa Família

O Programa AEA tem por premissa que, com o cumprimento das suas condicionalidades e pré-requisitos, terá impacto positivo na redução da pobreza ao garantir aos membros das famílias beneficiadas melhores condições de saúde e aumento do nível de escolaridade assim como habilidades e competências para o trabalho e a cidadania.

O Programa caracterizou-se por um benefício de remuneração financeira, no qual o participante beneficiado recebe dinheiro, quantia pré-estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome que interam valores definidos. Para garantir que o critério de qualificação não seja burlado ou fraudado, o Governo Federal definiu a implementação descentralizada do programa de modo que a gestão e a operacionalização do programa dependem da coordenação não só entre setores dentro de um nível de governo, mas entre seus vários níveis governamentais – União, Estados e Municípios. Seu objetivo é contribuir para a melhoria de a situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

Pesquisa de campo - As narrativas com as famílias atendidas pelo Programa AEA buscaram entender a situação sócio-econômica, características, a utilização dos valores recebidos e seus respectivos graus de conhecimento do assunto e também exclusão social, sustentabilidade e assistencialismo. Das 7 famílias entrevistadas, 4 ocorreram de forma descontraída em casas humildes. Uma entrevista foi realizada em área livre dada a aparente periculosidade do local e precariedade da residência da assistida. O parceiro da mulher, ex-presidiário, ao chegar durante a entrevista, demonstrou aparente transtorno, dificultando o andamento da mesma. Outras duas entrevistas ocorreram, também, em área livre em função de percepção errônea, considerando que os pesquisadores faziam parte de órgãos públicos fiscalizadores. Desse grupo, apenas uma pessoa recebia um benefício diverso do Programa AEA - Programa Renda Cidadão.

Famílias Entrevistadas

Serão preservadas as identidades das famílias e serão denominadas “**Grupo Familiar B**”, precedido de um número seqüencial que não obedece a ordem da realização das entrevistas. A letra B visa identificá-los como beneficiados do Programa AEA.

Composição e Situação Sócio-Econômica do Grupo Familiar

O **Grupo Familiar B 1** é composto por 4 pessoas, a entrevistada e 3 filhos, 12, 3 e 2 anos que ficam na creche. O ex-marido não mora com eles, mas estava na casa no momento da entrevista. A entrevistada fica em casa no período da manhã enquanto seu filho mais velho vai para escola. No período da tarde, o garoto cuida da criança mais nova, a outra vai para escola enquanto a entrevistada vai para o “bico”. A família é sustentada pela entrevistada que trabalha sem registro como costureira, em uma confecção de roupas perto de sua casa, complementa a renda familiar com trabalho informal de manicure, atendendo a domicilio e tem renda de R\$ 500,00 por mês. Estudou até a sétima série e a dificuldade para arrumar emprego é por não ter com quem deixar os filhos. Mora em uma casa própria com os filhos.

O **Grupo Familiar B 2** é composto por quatro pessoas, a entrevistada, marido dois filhos, 2 e 5 anos. Tem como renda o trabalho do casal – ela na cozinha de uma escola pública

e o marido trabalha pedreiro. A renda familiar é por volta de R\$ 615,00. A entrevistada revela que a renda do marido varia muito e acredita que tem dificuldade em arrumar emprego pela falta de estudo. Estudou até a sétima série, o marido é analfabeto, as crianças estão estudando em escola pública. Moram de aluguel.

O **Grupo Familiar B 3** é composto por sete pessoas, a entrevistada, cinco filhos e sua mãe. A renda provém do trabalho da entrevistada, contratada por uma empresa que fornece merenda escolar nas escolas públicas de São Paulo, e da pensão recebida pela mãe. Recebe R\$ 415,00 e com a pensão da mãe recebem R\$ 850,00. Não paga aluguel porque mora com a mãe. Os filhos estão matriculados em creche e escolas públicas.

O **Grupo Familiar B 4** é composto por 4 pessoas, sendo a entrevistada com seus 2 filhos, 11 e 13 anos, e seu irmão. A entrevistada é diarista e não possui emprego registrado. Seu irmão tem emprego informal e colabora também com a cesta. A renda do grupo gira em torno de R\$ 1.200,00, porém a maior parte da remuneração do irmão é gasta em bebidas alcoólicas. Estudou até a quinta série, o irmão é analfabeto funcional, os filhos estão no ensino fundamental, o grupo mora em casa própria.

O **Grupo Familiar B 5** é composto por 5 pessoas, sendo a entrevistada, três filhos e o marido. O marido atualmente está preso. A renda provém do trabalho da entrevistada, revelou que aguarda o julgamento do marido.. *“se ele for condenado aí eu entro com um auxílio reclusão, né”*. A renda média mensal varia de R\$ 600,00 a R\$ 800,00, *“o salário normal tá quatrocentos e sete, só que eu trabalho a noite, então eu recebo adicional noturno”*. Revela nunca ter tido dificuldade em ser contratada, embora tenha estudado até a sexta série, transfere a Deus todo esse mérito. Os filhos estão estudando em escola pública. Moram em cima da casa da sogra que construiu graças ao dinheiro conseguido da desapropriação de um terreno invadido da prefeitura.

O **Grupo Familiar B 6** é composto por 5 pessoas, a entrevistada e quatro filhos com 13, 17, 23 e 24 anos. Costura em uma oficina têxtil, o marido está trabalhando em uma empresa de logística, todos os filhos estão desempregados. As rendas provêm do trabalho do casal totalizando R\$ 1.407,00. O motivo pelo qual os filhos estão desempregados é a falta de oferta de emprego, falta de estudos e a dificuldade para financiar o ensino superior da filha mais velha. Todos moram com o casal em uma casa própria.

O **Grupo Familiar B 7** é composto por 8 pessoas, a entrevistada, cinco filhos com, 8 meses, 7, 9 e 11 anos de idade e o marido. Dois filhos do primeiro casamento, 2 filhos do segundo casamento e o quinto do último. Divorciou-se duas vezes, hoje, mora com o companheiro, e cinco filhos, a renda do grupo provem do trabalho informal – doméstica e recebe R\$ 400,00. O marido está desempregado. Sustenta a casa com a renda de doméstica e o Programa AEA. Diz que a falta de estudo ocasiona a dificuldade para arrumar emprego; os filhos estão estudando. Moram em barraco invadido, com precárias condições de moradia.

3) Dados comparativos entre a Ação Estatal Assistencialista (Programa AEA) e o Empreendedorismo Social Sustentável (ESS) e suas relações com a exclusão social

Esta etapa do trabalho analisa os dados colhidos por meio de dois formulários aplicados ao término das entrevistas, junto aos participantes da pesquisa, beneficiários do programa AEA e integrantes do Projeto ESS. O primeiro formulário traz itens que podem estar relacionados com o aumento ou a redução da exclusão social. Para esta pesquisa, a definição operacional da variável “exclusão social” se fez relacionando o conceito à miséria, ao desemprego, ao subemprego, à carência oriunda de educação deficitária e, por fim, à falta de acesso de uma parcela da população aos bens comuns à maioria das pessoas. Esses dados foram considerados desta forma tendo em vista a dificuldade de encontrar, na literatura pesquisada, uma definição científica para o termo. O outro formulário traz as características

que podem estar relacionadas com o conceito de sustentabilidade e/ ou assistencialismo. Esses recursos utilizados visaram manter, dentro do possível, uma uniformidade na compreensão dos conceitos ora estudados. Mesmo assim, vale ressaltar que os resultados podem sugerir diferentes interpretações por parte dos entrevistados em função do nível de escolaridade e entendimento dos mesmos acerca dos questionamentos realizados. Esta etapa visou buscar a compreensão das similaridades e diferenças existentes entre os empreendimentos, objetos de estudo dessa pesquisa.

Exclusão Social - Os participantes da pesquisa apresentaram suas opiniões quanto aos itens relacionados com o aumento da exclusão social e aqueles que propiciam a redução da exclusão social.

As famílias assistidas pelo Programa AEA (Ação Estatal Assistencialista) associam questões relacionadas à 1) raça/etnia, 2) classes sociais, 3) falta de acesso à saúde, 4) excesso de impostos e 5) moradias inadequadas como os principais fatores que ocasionariam aumento dos níveis de exclusão social. Em contrapartida, acreditam que: 1) uma boa formação profissional seja o principal fator para a redução desses níveis; seguido de 2) acesso à informação e às escolas.

As famílias participantes do Projeto ESS (Empreendedorismo Social Sustentável) pontuam que: 1) trabalhos informais e desemprego são as categorias que mais favoreceriam o aumento dos níveis de exclusão social. Noutra direção, afirmam que: 1) o acesso à informação, 2) às escolas e 3) uma boa formação cultural são que mais favoreceriam a redução desses níveis.

Apesar de Oliveira (1997) constatar, em sua pesquisa, que a questão de etnias e raças não deveria ser relacionada à exclusão social, mas sim a grupos de minorias, percebe-se, sobretudo no grupo dos assistidos pelo Programa AEA, dados que indicam uma percepção de exclusão relacionada ao fato. A questão dos impostos, apesar de não ter sido evidenciada por nenhum dos autores estudados, foi tratado – de acordo com os entrevistados - como item de favorecimento à exclusão social, por ambos os grupos. Outro dado relevante está no fato de 100% dos entrevistados, também do grupo assistido pelo Programa AEA, creditar à boa formação profissional grande parte da responsabilidade da redução dos níveis de exclusão social, o que pode indicar uma real necessidade desses grupos em obter este tipo de formação.

Ações Estatais Assistencialistas (AEA) e Empreendedorismo Social Sustentável (ESS)

Os participantes da pesquisa apontaram suas opiniões quanto às características relacionadas às AEA e ao ESS.

As famílias assistidas pelo Programa AEA relacionam o assistencialismo com: 1) o auxílio direto às pessoas que perderam bens em enchentes e 2) com bens que, arrecadados, serviriam para o crescimento do programa. O resultado das famílias assistidas pelo Projeto ESS é similar, no entanto, foi creditado, prioritariamente, aos bens que, arrecadados, serviriam para: 1) o crescimento do próprio projeto, seguido da 2) doação de bens às pessoas que tiveram perdas em enchentes. Ressalta-se que essas frases foram elaboradas visando facilitar a relação da ação ao modelo de programa.

As famílias assistidas pelo Programa AEA acreditam estar relacionadas à sustentabilidade, sobretudo, a questão da capacitação profissional, acompanhada do fato de tornar às pessoas menos dependentes do Governo e da inovação em termos de geração de emprego e renda. Por outro lado, para as famílias participantes do Projeto ESS, em primeiro lugar, acreditam que tornar as pessoas menos dependentes do governo seja a principal

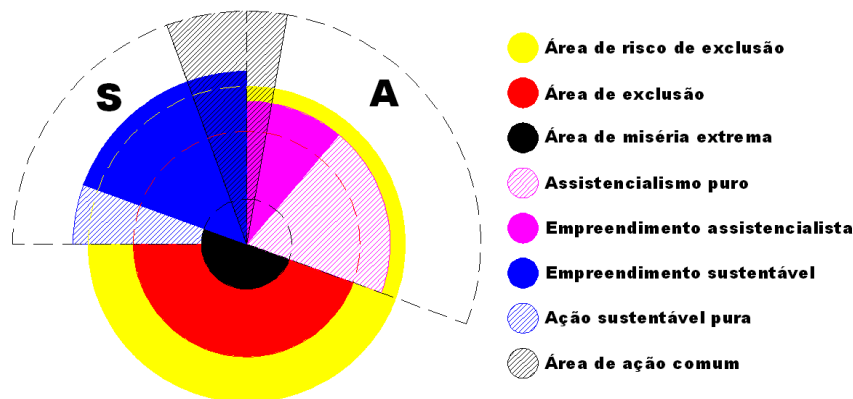
característica de sustentabilidade, acompanhado do alto investimento nas pessoas e da resolução de problemas sociais.

As famílias beneficiadas pelo Programa AEA visualizam, no mesmo patamar, o assistencialismo e a possibilidade de, por meios próprios, superar a dependência do governo. Ou seja, não possuem uma clara compreensão da diferença entre uma Ação Estatal Assistencialista e um projeto de Empreendedorismo Social Sustentável. Já, no caso dos participantes do Projeto ESS, há uma nítida visualização de que o projeto alicerçado sobre o Empreendedorismo Social Sustentável torna os participantes menos dependentes do governo. Ou seja, compreendem que a sustentabilidade é distinta do assistencialismo, já que suas respostas indicam que o investimento nos indivíduos, em sua capacitação profissional e cultural, leva, paulatinamente, à redução da necessidade de ações governamentais assistenciais. Assistencialismo, na visão dos respondentes, liga-se ao fornecimento de algo imediatamente, a doações por parte do governo ou da sociedade. Empreendedorismo Social Sustentável é relacionado com a formação das pessoas e de tem caráter preventivo, pois o investimento em formação (profissional e cultural) é visualizado com resultados que serão obtidos a médio e longo prazo.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo identificar as similaridades e especificidades entre modelos de Ações Estatais Assistenciais (AEA) e Empreendedorismo Social Sustentável (ESS) e as possíveis relações entre esses modelos e a redução da exclusão social. No que tange ao problema principal de pesquisa, que era identificar essas relações, o trabalho foi capaz de identificar essas interatividades entre os modelos, conforme se observa na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Relações entre as AEA e o ESS e a exclusão social



Fonte: Dados da Pesquisa

Especificidades do modelo de ESS:

- Público alvo são pessoas e grupos familiares que vivem em situação de risco social;
- Atua na formação profissional, educacional e cultural das pessoas e grupos familiares;
- Tem caráter preventivo na solução dos problemas sociais;
- Bens adquiridos pelos beneficiados são, normalmente, intangíveis;
- Inova em termos de geração de emprego e renda;
- Trabalha na conscientização dos beneficiados levando-os ao não-comodismo;
- Atua de forma dinâmica na solução dos problemas locais;

- Critério de participação definido e respectivo controle são relativamente suficientes para evitar participação de pessoas e grupos não contemplados pelos mesmos;
- Trabalha de forma local e suas ações são pouco abrangentes e conhecidas fora de sua área de atuação.

Especificidades do modelo de AEA:

- Público alvo são pessoas que vivem em situação de pobreza e de miséria extrema;
- Fornece bem tangível (dinheiro) direto aos beneficiados;
- Tem caráter corretivo na solução dos problemas sociais;
- Atua de forma estática na solução de problemas de grande abrangência;
- Critérios de participação definidos e respectivos controles mostraram-se insuficientes para conter a participação de pessoas e grupos não contemplados nos mesmos;
- Trabalha em todo território nacional com ações de grande abrangência, bastante conhecidas pelas pessoas.

Similaridades entre os modelos de AEA e ESS:

- Buscam a solução de problemas sociais; Não têm finalidade lucrativa; Atuam em grupos em risco social, em estado de exclusão e em estado de miséria;

O estudo realizado buscou, com limites modestos, contribuir no avanço do conhecimento no campo das Ciências Sociais, seja na melhor compreensão do fenômeno da exclusão social e das ações estatais assistencialistas e dos projetos de empreendedorismo social sustentável. Além disso, pode-se subsidiar formuladores de políticas públicas ou Organização do Terceiro Setor que tenham suas atividades-fins voltadas ao combate da exclusão social.

A leitura da bibliografia científica acerca do tema, bem como a análise de conteúdo das entrevistas realizadas evidenciaram que, no Brasil, há, ainda, a necessidade de se conjugar ações assistenciais e ações que empreendam a fim de dar autonomia a indivíduos e grupos em situação de exclusão social ou de risco iminente. Séculos de desigualdade social não são resolvidos apenas com ações assistenciais, sejam governamentais ou oriundas da própria sociedade. Na ótica de Martins (2002), grave problema das sociedades contemporâneas é, para além da chamada exclusão social, a inclusão desumanizada de enormes contingentes de seres humanos. Nas palavras de Martins:

A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança (MARTINS, 2002, p. 21).

Oliveira (1997) – em seus escritos – classificou as questões étnicas e raciais como “minorias”, no entanto, no grupo estudado, sobretudo as famílias assistidas pelo Programa AEA, foi observada uma relação causal entre a exclusão social e questões de etnia e racial. Neste caso, os estudos de Florestan Fernandes (1965) acerca da passagem de uma sociedade estamental e escravocrata para uma sociedade de classes e capitalista deixa evidente que a abolição da escravidão, em 1888, não significou para o negro liberto sua inserção como cidadão na nova sociedade de trabalho livre e assalariado.

Há, ainda, a relação entre a alta carga tributária e a exclusão social, ou seja, os impostos, muitas vezes, são elementos que contribuem para excluir os indivíduos e grupos. Na medida em que o estudo progrediu verificou-se, empiricamente, que há uma complementaridade entre o assistencialismo e o empreendedorismo social sustentável, uma conjugação necessária dos dois modelos, conforme indicado acima. A pesquisa apresenta dúvidas da real capacidade do Estado como gestor de um programa da amplitude do programa AEA, pois, conforme dados colhidos, há o pagamento do benefício para famílias que burlam os critérios oficiais Outra evidência relevante está no fato das pessoas atendidas pelo Programa AEA desconhecerem

quase que integralmente a existência de projetos sociais sustentáveis, como, por exemplo, o Projeto ESS. Os dados evidenciam que, muitas vezes, essas famílias vivem numa condição de alienação política e social mais intenso do que as outras famílias, tornando-se reféns das condições que lhes são impostas socialmente. Contrastando com esse cenário, a realidade das famílias beneficiadas por ações de empreendedorismo social sustentável – no caso, o Projeto ESS – evidencia, por sua vez, que os atendidos são instruídos acerca de sua auto-sustentação, estimulando ações empreendedoras dos mesmos e até a abertura de empresas cooperativas, isto é, o foco está na geração de renda e não no recebimento de benefícios, o tempo é do médio e longo prazo e não o imediato.

Os resultados desta pesquisa apontam que no enfrentamento da exclusão social não se pode, apenas, optar por um ou por outro modelo: o assistencialismo e o empreendedorismo social. As necessidades são, a um só tempo, imediatas e de futuro. A investigação científica que, ao dar voz aos “excluídos”, traz à tona não só a importância do conhecimento científico da perspectiva daquele que, geralmente, não tem visibilidade, mas, também, pode oferecer importantes subsídios aos formuladores de políticas públicas e de Organizações do Terceiro Setor que, conjuntamente, podem vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2007.

BOVO, C. R. **Só Assistencialismo não adianta**. www.metodista.br/cidadania/numero-40/so-assistencialismo-nao-adianta. Acesso em: 15/10/07

BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%c3%a7ao.htm Acesso em: 10 jun. 2008.

BRESSER, L. C. P. Do Estado patrimonial do gerencial. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

CALDEIRA, F. Exclusão Social: uma aventura teórica pela busca de um conceito In: VI Semana de Geografia, 2005, Presidente Prudente. **A Geografia e os Paradigmas do Século XXI**, 2005.

DRAYTON, B. Everyone a Changemaker: Social Entrepreneurship Ultimate Goal - **Innovations MIT Press** - Harvard University and George Mason University. 2006.

FERREIRA, S. Empreendedorismo Social, profissionalização e emprego In: A ECONOMIA SOCIAL E A PROMOÇÃO DO EMPREGO, 2006. Lisboa, Portugal. **Anais do resumo dos trabalhos**. Disponível em: <http://www4.fe.vc.pt/cec/oeffpsilviaferreira.pdf>. Acesso em: 22 set. 2007.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1997.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FORTES, M. Desenvolvimento e meio ambiente: a visão empresarial. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis et al. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

FURTADO, C. O longo Amanhecer, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

GUIMARÃES, R. P. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. Reis et al. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992.

HIGA, F. **Responsabilidade social não é assistencialismo**. 2006.

- Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=5418>. Acessado em: 17 out. 2007.
- HUDSON, M. Administrando Organizações do Terceiro Setor: o Desafio de Administrar sem Receita. São Paulo: Makron Books. 1999.
- JACOBS, J.. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, E. et. al. (orgs.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2002.
- OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.
- OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p. 49-61, 1997.
- PRANDO, R. A.; MILANI FILHO, M. A. F. O que é Terceiro Setor? In: PRANDO, R. A. *et al.* **Marketing para o Terceiro Setor**. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2006.
- PUTNAM, R. D. “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”, Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.
- RIBEIRO, M. **Exclusão: problematização o conceito**. São Paulo, v. 25, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a04.pdf>> Acesso em: 06 Out. 2007.
- SANTOS, B. S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, T. S. “Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital”. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 170-198, 2001.
- WAIHRICH, R.S. Geração de emprego x assistencialismo. Um pequeno passeio sobre o Direito Constitucional. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 61, jan. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3621>. Acesso em: 15 out. 2007.